



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2010	15h40min	4ª Sessão Ordinária	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 4ª
(QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
09 DE FEVEREIRO DE 2010.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Assessoria da Mesa pede para registrarmos o dia e a hora da abertura da sessão.

Portanto, está aberta a presente sessão do dia 9 de fevereiro de 2010.

Convido o Deputado Milton Barbosa a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 2ª Sessão Ordinária;

- Ata da 3ª Sessão Ordinária.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2010	15h40min	4ª Sessão Ordinária	2

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 38 - Suplemento, de 03/03/2010, juntamente com a ata sucinta da 4ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

Solicito aos Deputados que se encontram nas dependências da Casa que venham ao plenário para deliberarmos algumas matérias e elegermos os Presidentes e Vice-Presidentes das comissões que ainda não foram eleitos.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2010	15h40min	4ª Sessão Ordinária	3



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
ALÍRIO NETO - PPS			X
AYLTON GOMES - PR		X	
BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP		X	
BENEDITO DOMINGOS - PP		X	
BENÍCIO TAVARES - PMDB		X	
BISPO RENATO - PR		X	
BRUNELLI - PSC			X
CABO PATRÍCIO - PT		X	
CHICO LEITE - PT	X		
CRISTIANO ARAÚJO - PTB		X	
DOUTOR CHARLES - PTB		X	
ELIANA PEDROSA - DEM		X	
ÉRIKA KOKAY - PT	X		
EURIDES BRITO - PMDB		X	
JAQUELINE RORIZ - PMN		X	
LEONARDO PRUDENTE		X	
MILTON BARBOSA - PSDB	X		
PAULO RORIZ - DEM	X		
PAULO TADEU - PT	X		
RAIMUNDO RIBEIRO - PSDB	X		
REGUFFE - PDT		X	
ROGÉRIO ULYSSES		X	
RÔNEY NEMER - PMDB		X	
WILSON LIMA - PR	X		
TOTAL	07	15	02

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2010	15h40min	4ª Sessão Ordinária	4

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há quorum regimental.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nesta semana, a Polícia Civil do Distrito Federal atestou que houve uma detenção de policiais de Goiás que, ao que tudo indica, estavam grampeando gabinetes, alguns gabinetes, não todos. Nesse sentido, temos mais uma característica absolutamente nítida de que estamos vivendo ao arrepio do Estado de Direito aqui no Distrito Federal e que os Parlamentares passam a ter devassada a sua privacidade e passam a ser alvo de um jogo absolutamente sujo que está em curso a partir do Palácio do Buriti.

Sr. Presidente, solicitamos que seja efetivada uma varredura nos gabinetes, não apenas nos gabinetes, mas também nos telefones. Inclusive, antes mesmo da nossa solicitação, eu e a Deputada Jaqueline Roriz já protocolamos um requerimento, porque ao que tudo indica os nossos gabinetes eram alvos precisos dessa escuta clandestina, para que haja essa varredura.

Então, eu gostaria de saber de V.Exa., como Presidente da Casa, que providências foram tomadas para que se estabeleça uma varredura nos gabinetes, para que se possa fazer, inclusive, uma varredura nos telefones celulares, como foi solicitado. Aliás, não precisaria, a meu ver, nem haver uma solicitação. Apenas o fato de haver escutas, ou suspeitas de que policiais vindos de fora do Distrito Federal – policiais civis do setor de narcóticos de Goiás que não estão na área de Inteligência, diferentemente do que foi divulgado... Estive ontem com o Secretário de Segurança em Goiás. Não são policiais da área de Inteligência, nem de Informação, nem de Contrainformação. São agentes da área de combate ao narcotráfico, da área de Narcóticos da Polícia Civil de Goiás. Se eles não estavam aqui em missão oficial da Polícia Civil de Goiás, se não são da área de Inteligência, eles estavam aqui seguramente, Sr. Presidente, a serviço de alguém do Distrito Federal, e tinham interesse em intimidar, em adulterar, em incriminar Parlamentares especificamente da Oposição.

Digo, Sr. Presidente, que o maior interessado em tudo isso é o Governador do Distrito Federal, que tem feito toda sorte de manobras ilegais e está seguindo sobre um orçamento de 19 milhões. S.Exa. continua utilizando recursos públicos para se segurar no poder.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2010	15h40min	4ª Sessão Ordinária	5

Então, Sr. Presidente, a minha questão de ordem – que é realmente uma questão de ordem – vem no sentido de solicitar informações de V.Exa. sobre as providências tomadas frente ao escândalo que mais uma vez acometeu esta Câmara Legislativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, nós fizemos um contato, ontem, com o Secretário de Segurança, o qual colocou à disposição, se a Câmara assim quisesse – e nós fizemos questão de dizer que os Deputados estavam ansiosos até para que isso acontecesse –, a equipe da Polícia Civil para fazer a varredura de todos os gabinetes desta Casa. E nós estamos encaminhando essa correspondência. Acho até que ela já chegou. Isso já foi reforçado pelo Deputado Paulo Tadeu, que também fez um requerimento, por V.Exa. e por outros Deputados. É preciso dar uma resposta urgente a esse fato. Pedi a cópia do inteiro teor do processo para ver se há alguém daqui envolvido e a qual gabinete pertence, para tomarmos as devidas providências. A Polícia diz que – pelo menos há informação – apurou alguns fatos. Nós queremos saber quais fatos foram apurados para que esta Mesa possa tomar as providências.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Então, Sr. Presidente, o processo de varredura começará quando? Eu não entendi.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada, eu já solicitei. Isso foi mais reforçado ainda com o pedido de V.Exa., com o pedido que o Deputado Paulo Tadeu fez hoje na reunião da CPI, e com a solicitação também de outros Deputados. Acho que se faz necessário, e urgentemente, que aconteça isso no mais tardar amanhã.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Então, amanhã deve começar o processo de varredura?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Vou pedir ao Secretário para fazer isso. Tem que ser imediato.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria justificar minha ausência. Vou ter que sair. Vou ficar livre do grampo por enquanto, já que vou ao Congresso Nacional para algumas reuniões que tenho com o Líder do PT, do Governo, e com alguns Senadores, para tratar de assuntos de interesse da categoria.

Eu não poderia deixar de falar dessa situação, Sr. Presidente. Essa questão do grampo é uma coisa muito séria, e não só pelo pedido do Deputado Paulo Tadeu. V.Exa. pediu para fazer a varredura na Casa, mas é importante que a Câmara, a Polícia Legislativa abra um processo de investigação – porque ela tem Poder de Polícia para isso – para chamar aqui os policiais de Goiás a serem ouvidos pelo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2010	15h40min	4ª Sessão Ordinária	6

delegado responsável, coordenador da COPOL, e também pelos Parlamentares. É bom deixar claro que a polícia do Distrito Federal, não a polícia como um todo – porque não é a instituição policial, a instituição é do Estado –, mas algumas autoridades da Polícia Civil tentaram acobertar o fato. Essa é a verdade, e esse fato veio à tona.

Agora, alguns Parlamentares sabem – o Deputado Milton Barbosa também sabe disso – que a escuta ambiental não se faz do lado externo da Casa. É preciso uma base interna, aqui dentro desta Casa, para fazer a escuta de ambiente, pois não se faz de um veículo fora desta Casa. Então, nós temos de saber qual o gabinete que estava servindo de base para essa arapongagem. Temos que chamar os servidores que foram lotados em alguns gabinetes, que foram citados e já chamados a prestar depoimentos na Polícia Civil, na DECO, para que, posteriormente, quando for feita a varredura nesta Casa, não se empurre a sujeira para debaixo do tapete, Deputado Milton Barbosa, porque é muito importante, inclusive, para resguardar a instituição da Polícia Civil.

Eu quero deixar claro isso aqui, porque tem alguns Parlamentares que vão ter que dar explicações, uma vez que a escuta de ambiente não é feita do lado externo da Casa. Algum gabinete, ou alguma estrutura, serviu de base para a arapongagem. E nós vamos ter que levantar, doa a quem doer.

Mais uma vez, informo que vou ao Congresso Nacional, mas, ao voltar, quero ainda participar dessa discussão, porque o Dr. Pedro Cardoso, Deputado Milton Barbosa, foi muito solícito ontem e disse que vai investigar – ele que é um servidor de carreira, V.Exa. o conhece. Isso é importante, porque se não fosse...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – De carreira?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sim, Sr. Presidente, servidor de carreira da Polícia Civil, e chegou a Delegado depois de ingressar na Polícia Civil como agente de polícia.

É bom deixar claro para toda a sociedade que o ex-diretor, Cléber Monteiro, saiu do cargo não foi à toa. Foi ele, inclusive, que disse na imprensa que dois policiais tinham sido detidos e ouvidos naquele dia, e não deveriam ser liberados sem terem sido autuados. Porque eles estavam com equipamentos, não importa se era antigrapo ou se é de grampo. Até porque foi a versão que eles deram e a versão que algumas autoridades estão dando.

Portanto, esta Casa tem o dever, porque nós não estamos em uma ditadura, de esclarecer os fatos com muita rapidez e muita lisura.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Cabo Patrício, V.Exa. pertence à Mesa, mas terá que se ausentar. Ao retornar, nós gostaríamos de uma reunião com a sua presença para tomarmos duas providências.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2010	15h40min	4ª Sessão Ordinária	7

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Wilson Lima, Deputado Milton Barbosa, Deputada Erika Kokay, Deputada Jaqueline Roriz, Deputado Chico Leite, Deputado Rogério Ulysses e Deputado Reguffe, ontem, a Deputada Erika Kokay foi para uma missão no Estado de Goiás. Nós fizemos uma comissão de Parlamentares, formada pela Deputada Jaqueline Roriz, pelos Deputados Chico Leite, Cabo Patrício, eu e Reguffe, e fomos conversar, Deputado Rogério Ulysses, com o Diretor-Geral da Polícia Civil, que tomou posse ontem. Durante essa reunião, nós tivemos a oportunidade de discutir com ele a gravidade desse episódio, Deputada Erika Kokay, da arapongagem aqui no Poder Legislativo. Ressaltamos para o Dr. Cardoso a nossa estranheza de o fato ter ocorrido na quarta-feira passada e só ontem a Polícia Civil do Distrito Federal ter reconhecido publicamente a prisão de dois policiais civis do Estado de Goiás, como também que teria um terceiro elemento envolvido, do gabinete do Deputado Benedito Domingos, e um quarto que estaria sendo investigado com relação a esse processo, mais precisamente de nome Silveira, do Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Goiás.

Portando, pedimos ao Dr. Cardoso, primeiro: que a Polícia Civil do Distrito Federal não seja maculada com um episódio que ficaria para a história como uma tentativa de impedir que a sociedade, que esses Parlamentares tivessem acesso à verdade de toda essa história. Nós não queremos, em hipótese nenhuma, que haja qualquer tipo de manipulação para prejudicar quem quer que seja. O que nós queremos é a pura, e tão somente, a verdade dessa história, doa a quem doer. Nós queremos saber quem eram os arapongas que estavam aqui na Câmara Legislativa do Distrito Federal, o que eles estavam fazendo aqui no Poder Legislativo, quem eles estavam grampeando, a serviço de quem, inclusive quem pagou para a prestação desse serviço – que, na realidade, não é um serviço, é um verdadeiro crime contra a democracia, contra a liberdade de cada Parlamentar e, é claro, contra o Poder Legislativo do Distrito Federal.

Na ocasião, o Sr. Cardoso disse que as apurações não foram concluídas; logo, não dá para nós afirmarmos que aconteceu isso ou aquilo. Mas só o fato, Deputada Erika Kokay, de a Polícia Civil do Distrito Federal, depois de quatro dias de tentativas, assumir que houve de fato a prisão e que ocorreu a arapongagem já é, eu diria, um passo importante. No entanto, isso é preocupante porque, se a história fosse tão simples como querem passar agora, quando chegaram a insinuar que eles estavam fazendo arapongagem para procurar possíveis infidelidades de marido e mulher, que alguém os teria contratado com esse objetivo, se fosse tão simples assim, qual o porquê de todo esse segredo durante quatro dias?

O próprio Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal disse aos Parlamentares que está em fase de apuração, logo, não dá para dizer que é isso ou aquilo. Mas nós também acertamos com ele e encaminharemos a V.Exa., neste



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2010	15h40min	4ª Sessão Ordinária	8

momento, um memorando solicitando essa varredura nos gabinetes, nos telefones fixos e também nos celulares dos Parlamentares desta Casa. Poderíamos solicitar isso à Polícia Federal, mas estamos solicitando à Polícia Civil do Distrito Federal porque temos confiança nessa instituição e em seus profissionais. Temos tanta confiança que queremos mesmo que essa verdade apareça o mais rápido possível, sem nenhum tipo de manipulação, seja para prejudicar, seja para inocentar, de maneira que não guarde relação com a verdade.

Por fim, Sr. Presidente, eu entregarei agora a V.Exa. este memorando, mas antes quero fazer o convite a V.Exa. e aos demais Parlamentares desta Casa – porque, ontem, sete Parlamentares assinaram aquele requerimento – para que possamos, às 17h30 de hoje, estar com o Procurador-Geral do Distrito Federal, Dr. Bandarra, para pedir ao Ministério Público do Distrito Federal que também acompanhe esse processo referente à arapongagem, até porque, Deputado Milton Barbosa, não é a primeira vez que isso ocorre aqui em Brasília. Nós tivemos o grampo da Procuradora Cláudia Fernanda, junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, quando houve aquele crime bárbaro de escuta ilegal contra ela. Outros episódios já foram relatados nesta cidade. É importante que esta situação sirva, inclusive, para tentarmos, de uma vez por todas, criar mecanismos que coíbam essa situação de escuta ilegal, de crime contra a liberdade.

Então, Sr. Presidente, quero passar neste momento a V.Exa. o memorando da nossa Liderança, pedindo a V.Exa. que solicite ao Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal que faça essa varredura nos nossos gabinetes, nos nossos celulares e, é claro, também nos nossos telefones fixos.

Era isso. Eu queria agradecer a V.Exa. a oportunidade de fazer esse comunicado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Rogério Ulysses, peço a V.Exa. um pouco de paciência antes de V.Exa. se pronunciar, pois há problemas nesse microfone, não sei se está com grampo.

Recebo das mãos do Deputado Paulo Tadeu o memorando. As providências serão tomadas ainda hoje.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer primeiramente que, se o microfone ou o meu telefone estiverem grampeados, a mim não incomoda porque nada tenho a esconder. Apenas acho que esse tipo de atitude é uma restrição à nossa liberdade de expressão nesta Casa e à condição de colocarmos aqui, publicamente, o que pensamos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2010	15h40min	4ª Sessão Ordinária	9

Eu pedi esta questão de ordem com um único objetivo: lamentar profundamente mais este episódio, que, na minha avaliação, é grave e acaba tirando o foco do momento que nós estamos enfrentando.

Eu, particularmente, tenho tentado, desde o início desse procedimento, argumentar sobre a minha inocência, porque eu tive o meu nome mencionado, sofri uma busca e apreensão em que nada foi encontrado, e, desde então, uma sucessão de fatos vêm acontecendo, sem oportunidade de que quem quer provar a sua inocência tenha esse direito de forma transparente, baseada nos fatos.

Na minha avaliação, é mais um factóide que tira o foco, que nós deveríamos manter, dessa investigação, porque eu tenho interesse em que essa investigação ocorra de forma transparente, baseada nos fatos, para que eu possa provar a minha inocência.

Lamentavelmente, eu, que estou lutando para provar a minha inocência, perco aqui mais um dia, perco tempo, porque o foco está mais uma vez sendo distorcido, e nós, mais uma vez, estamos nos perdendo no curso dessas investigações, que são importantes tanto para apurar a responsabilidade de quem tem que responder por alguma coisa, como para apurar a inocência de quem está sofrendo com esse problema desde o início e até agora não teve a oportunidade de se ater aos fatos para sustentar a sua inocência.

É lamentável, Sr. Presidente.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu ia falar nos Comunicados de Líderes, mas como estão todos falando como questão de ordem, também vou falar como questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. é Deputado, tem todo direito de fazer o que os outros fizeram, sem problema.

DEPUTADO REGUFFE – Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. está em pleno exercício do seu mandato. Fique à vontade.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, venho neste momento aqui, em primeiro lugar, criticar a morosidade desta Casa na investigação desse escândalo que assolou e envergonhou o Distrito Federal.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu queria dizer o seguinte: não há democracia sem Poder Legislativo. Não há Estado Democrático de Direito sem Poder Legislativo. O Poder Legislativo é muito importante para legislar e fiscalizar os atos do Poder Executivo e os gastos do dinheiro público. Agora, o Poder Legislativo tem de cumprir o seu papel.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2010	15h40min	4ª Sessão Ordinária	10

Sr. Presidente, esse escândalo explodiu em novembro, nós já estamos em fevereiro, e até agora nenhuma medida realmente prática foi tomada.

Essa morosidade, essa lentidão gera injustiça por si só, e a principal delas, que é a injustiça com o contribuinte, com aquele que teve o dinheiro dos seus impostos saqueado e que até agora não viu nenhuma medida prática.

Além disso, Sr. Presidente, eu quero aqui elencar algumas medidas que eu tomei tão logo esse escândalo explodiu: pedi abertura de uma CPI, pedi abertura de processo na Comissão de Defesa Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar desta Casa para investigar todos os Deputados citados, medida que, depois, a Mesa Diretora se antecipou e tomou. Também fiz um requerimento ao Ministério Público Federal e outro ao Tribunal de Contas pedindo uma auditoria nesses contratos, que estão sob suspeição. Eu defendo a rescisão imediata daqueles que não envolvam serviços públicos essenciais. Até agora sequer uma auditoria foi feita, não só por esta Casa, mas por ninguém. Ou seja, o dinheiro do contribuinte foi surrupiado, foi desviado – porque o desvio do dinheiro público nesse caso é claro – e até agora nada de prático foi feito.

Então, eu queria desta Casa e também do Ministério Público e do Tribunal de Contas... O Tribunal de Contas também tem que mostrar para que serve! Para que o Tribunal de Contas serve, se explode um escândalo desse e até agora nenhuma auditoria... nada? É preciso fazer auditoria para saber se houve sobrepreço, se não houve sobrepreço, se o serviço foi efetivamente prestado, se não foi efetivamente prestado; ou seja, é preciso que se tome alguma medida prática. A população do Distrito Federal deseja isso, cobra isso, exige isso, com toda razão. O dinheiro dos impostos foi desviado e, até para se ter justiça, para que se separem culpados de inocentes, é preciso que se investigue isso com extremo rigor, investigação essa que eu queria ver a pleno vapor. E com toda a sinceridade, Sr. Presidente, eu não estou vendo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Reguffe, V.Exa. usou da palavra e disse já, não só hoje, outras vezes, da cobrança de V.Exa. quanto à fiscalização dos processos que, até então, envolvem aquelas empresas.

Meu primeiro ato como Presidente foi visitar a ex-Deputada Anilcéia e já vi que mais de 40 processos estão em análise. O Tribunal não parou em nada. Eu já estou tomando providência, junto com a Mesa Diretora, para que a ASFICO, bem como... Nós vamos requerer do Tribunal de Contas uma pessoa, porque, afinal de contas, criou-se uma cultura em Brasília, há de se lembrar aqui... criou-se uma cultura em Brasília porque o Tribunal de Contas foi instituído antes mesmo que a Câmara Legislativa existisse, porque aqui não havia eleição. A Câmara Legislativa, então, funcionava na forma de três pessoas, que conduziam os processos. E o Tribunal de Contas foi criado antes. Com o advento da Câmara Legislativa, criou-se uma cultura de que o Tribunal de Contas não é órgão auxiliar desta Casa, e na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2010	15h40min	4ª Sessão Ordinária	11

verdade o é. E o Tribunal de Contas, na pessoa da ex-Deputada Anilcéia, já se prontificou a nos auxiliar em tudo o que nós precisarmos fazer. Nas aprovações dos créditos – já estou anunciando aqui e a Mesa Diretora vai tomar essas providências – que serão para pagamentos, haverá um rito aqui dentro desta Casa. Porque, enquanto não estiver tudo claro... Os referentes a pagamento de funcionários seguem o rito normal. Para esses não vai haver problema, mas para os outros, sim. Nós vamos olhar as coisas com lupa para que não passe nada junto ao Tribunal de Contas, para que se faça justiça e pague aqueles que realmente têm direito a receber pelo serviço prestado.

Essa é a resposta que tenho para V.Exa. Então, V.Exa. cobrou, fez referência, mas, no primeiro dia depois de eleito Presidente, fui visitar a ex-Deputada Anilcéia. Fui conversar com ela a respeito desse assunto, e já ficou acordado isso. A Mesa Diretora vai se reunir e ver as medidas cabíveis aqui nesta Casa. Nós temos um órgão fiscalizador nesta Casa para auxiliar os Deputados a fiscalizar os atos do Governo, e vamos fazer isso.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na realidade, ainda me referindo em preliminar ao que V.Exa. e o Deputado Reguffe comentaram, nós estivemos na Controladoria-Geral da União, em que foi instaurado procedimento próprio; estivemos no Tribunal de Contas da União, em que o Ministro Presidente informou também a instauração de procedimento próprio; estivemos no TCDF, em que já estavam em curso mais de 40 procedimentos sobre 29 empresas. São mais procedimentos do que empresas, porque há empresas que têm mais de um contrato. Nós tivemos a oportunidade de fazer o debate com a Presidente daquela Corte.

Todas as vezes que fomos ao Judiciário, o Judiciário efetivamente atuou com absoluta propriedade, resgatando os princípios do Estado de Direito. Então, eu queria só fazer uma ressalva de que essas instituições, em todas as vezes que foram buscadas, têm nos atendido. Inclusive, a Deputada Erika Kokay e eu, na visita que fizemos ao TCDF, tivemos a garantia de que já a partir de 15 de fevereiro alguns procedimentos chegarão à conclusão, de maneira que tudo leva a crer que os procedimentos estão sendo tomados.

Agora, o que me preocupa, Sr. Presidente, é a nossa Casa. Isso me preocupa. Preocupa-me que até hoje não tenhamos aberto, autorizado, admitido o processo de *impeachment*. Há três pareceres do Procurador-Geral já falando da admissibilidade, ainda do final do ano passado, com notoriedade jurídica, fazendo avaliação dos requisitos formais, de maneira que a CCJ já tinha que tê-lo admitido imediatamente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2010	15h40min	4ª Sessão Ordinária	12

Nós temos uma CPI que, nas suas idas e vindas, hoje que tomou uma decisão sobre cronograma, mesmo que não tenha sido aquele que eu propus. Hoje que tomou uma decisão, mesmo que eu não tenha ficado satisfeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. votou no projeto?

DEPUTADO CHICO LEITE – Não. Apenas propus, respeitei a decisão e parabeneizei os colegas, porque compreendi que era importante que todos nós tivéssemos presentes a todos os debates da CPI. Eu prometi estar e tenho estado. Agora, eu não tenho direito a voto, porque não faço parte, mas lá me sinto plenamente representado pelo Deputado Paulo Tadeu, pois S.Exa. tem tido uma atuação profícua. Aliás, quero aproveitar para completar o quadro da CPI porque ainda faltam dois a serem indicados, e o Regimento diz – Deputado Leonardo Prudente, Presidente até há pouco; Deputado Benedito Domingos, muito experiente; Deputada Jaqueline Roriz – que V.Exa. pode indicá-los. Eu ousou fazer esta sugestão a V.Exa.: que o Deputado Reguffe seja indicado por V.Exa. para compor a CPI. Nós aprovamos essa medida de sugestão hoje – Deputado Batista das Cooperativas, Deputado Paulo Tadeu, Deputado Raimundo Ribeiro.

Deputado Paulo Tadeu, eu já tenho representante e me sinto representado por V.Exa., plenamente. Eu estou à disposição, o problema é a proporcionalidade. Mas estou à disposição, estou tranquilo. A missão que V.Exa. me der, eu estou pronto a fazê-la atuar.

Mas a minha preocupação, Sr. Presidente, é esta: é com o que fazemos. Essa é a minha preocupação. Nós, então, não abrimos o processo de *impeachment*, que já deveríamos ter aberto. A CPI, só hoje, realmente, teve um caráter efetivamente deliberativo. Quero comunicar, inclusive, até me antecipando aos membros, que ela vai ao STJ nesta semana. E a nossa CCJ sem Presidente – hoje não houve reunião –, de maneira que, nessas idas e vindas, tudo isso tem levado a angústias. E aqui e ali há denúncias gravíssimas como essa do grampo, que alguns dizem que – porque hoje nós vivemos na República da arapongagem e da chantagem – é um problema seriíssimo, outros dizem que é um factóide. Ontem eu ouvi do Diretor da Polícia Civil entendimento completamente diferenciado do que vi na mídia no final de semana.

Eu queria, a respeito desse episódio, Sr. Presidente, dar uma sugestão a V.Exa., fazer um requerimento. Sabemos que são dois policiais civis, que pensei que tivessem sido presos, não foram. Na realidade, eles foram conduzidos a depoimento. Há um terceiro que teria ligação com eles, que faz parte da versão, que trabalha aqui em um gabinete de um Parlamentar e que fora nomeado naquele dia. Há um quarto que faria parte dos quadros do Sindicato dos Policiais Civis de Goiás – não confundir a pessoa com a instituição e nem precipitar julgamento sobre aquela pessoa, que eu, pessoalmente, sequer sei quem é. Então, o que me parece mais razoável é que, urgentemente, se faça uma apuração sumária – no dizer temporal –, mas que, pelo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2010	15h40min	4ª Sessão Ordinária	13

menos, a Mesa Diretora, ainda hoje, decida pela apuração da CAS e que amanhã, Sr. Presidente, na forma regimental, sejam ouvidas todas essas pessoas. Inclusive, ouvidos primeiramente aqueles que os viram, pela primeira vez, nas redondezas da Câmara Legislativa em procedimento sombrio. Em seguida, que sejam ouvidos esses que são mencionados e que têm suas versões. Mas que, imediatamente, se possam clarear esses fatos, porque a minha impressão, fora vivermos lamentavelmente uma república dos vídeos, das gravações, uma república das chantagens, fora isso, Sr. Presidente, sinceramente, preocupa-me que esse rol de fatos possa, como disse aqui o Deputado Rogério Ulysses, fazer refugir, porque faz parte da nossa missão precípua, que é a apuração desses fatos gravíssimos – que todos nós levamos como pecha para fora do Distrito Federal e só podemos lamentar. Então, sobre um fato como esse, eu acho que a Câmara Legislativa deveria proceder imediatamente. Ainda hoje quero requerer a V.Exa., na Mesa Diretora, que convoque todas essas pessoas para, amanhã de manhã, tomarmos todos os depoimentos e poderemos, efetivamente, ter algo lido aqui em plenário — não estou nem sugerindo que os depoimentos sejam em plenário, podem ser pelo procedimento regimental. Que possamos ler e clarear logo isso, e, imediatamente, voltar ao que importa, porque há outro dado mais grave ainda, Sr. Presidente, que deve angustiar todos os colegas, eu imagino.

Este momento tem sido importante, pois “crise” vem do grego, significa “ver claro” e, neste momento, nós temos a oportunidade de varrer do mapa político do Distrito Federal todos aqueles e todas aquelas que simbolizam esse tipo de comportamento nocivo à sociedade: desvio de recursos públicos. É um momento ímpar, mas também nós aqui, na Casa, temos uma série de debates a fazer, uma série de projetos a votar, o segundo turno da Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal, cujo relator foi o Deputado Cristiano Araújo, que dá à Defensoria Pública, para poder trabalhar, a autonomia orçamentária e financeira, como já há em vários estados do Brasil. O segundo turno está aí. Não o votamos e já iniciamos a sessão legislativa.

Então, eu proponho um pacto de que cumpramos a nossa missão, resolvamos esses problemas rapidamente e trabalhemos pela sociedade, senão não vai haver razão de existir para nós e para esta instituição.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PMN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, venho me juntar à preocupação dos meus colegas com a agenda desta Casa. Acho que, como disse o Deputado Chico Leite, estamos servindo de pecha para o resto do Brasil. Eu não sei V.Exa., Sr. Presidente, mas eu viajei no final do ano para Fortaleza, terra de grandes comediantes, e fui a um desses *shows* de comédia, em que foi perguntado de onde cada um era: “Quem é do Rio?” e falavam



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2010	15h40min	4ª Sessão Ordinária	14

do Rio de Janeiro. Antes de perguntarem sobre Brasília, meus filhos estavam preocupados e me disseram: "E aí, mãe, nós vamos falar que somos de Brasília?" Eu falei: o que vocês querem fazer? "Não, pelo amor de Deus, não fala nada, não. Fica quieta". Um pessoal de Brasília se manifestou, e o que aconteceu foi cruel, foi cruel com Brasília, porque há muita gente séria e direita nesta cidade. Nós precisamos reagir, e a reação tem que partir desta Casa. Quando vejo o Deputado Reguffe fazendo um pronunciamento aqui, cobrando, eu lhe pergunto: V.Exa. já tem algum bloco? Porque aqui, nesta Casa, respeitam-se só as proporcionalidades. Eu não tenho bloco, S.Exa. não tem bloco, Deputado Alírio Neto não tem bloco. Por que não formarmos um bloco e termos representação nessas comissões especiais? Não adianta nada fazer discursos lindos aqui, cobrar e não agir. Não agir no sentido de participar. Quanto à arapongagem, Sr. Presidente, acho que ela foi feita nesta Casa não para cuidar da Oposição, mas da Situação, para saber se eles estão cumprindo o que se trata lá, porque a Oposição que se tem na cidade já está clara. Nós queremos entrar com o pedido de *impeachment*, nós queremos posicionamento desta Casa. Não é novidade o que a Oposição quer. Mas os outros têm de ser vigiados, para saber se eles estão cumprindo o que se trata. Essa é a minha preocupação.

Então, mais uma vez, Sr. Presidente, precisamos tratar da agenda desta Casa, uma agenda positiva. É o que o Brasil espera de nós. Já estamos aparecendo na manchete nacional, não é só na local mais.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Jaqueline Roriz, V.Exa., no pleno exercício do mandato, exemplar Parlamentar aqui, nesta Casa, com uma atuação excelente, não tive o prazer de viajar. Não pude viajar. Fiquei cuidando aqui da Casa, juntamente com o Deputado Cabo Patrício. Acho que o Deputado Milton Barbosa viajou muito pouco também. Eu não pude. Até falei com V.Exa., que estava em Portugal rezando por nós lá em Fátima. Eu sei que a sua oração está valendo, mas eu sei os comentários. A mídia nacional hoje está voltada, e não somente ela, os olhos do Brasil estão voltados para cá, e nós não podemos ser omissos a nenhuma providência que deva ser tomada. Eu já havia afirmado, Deputado Paulo Tadeu – a Deputada Erika Kokay havia feito a questão de ordem –, que não nos furtaremos a tomar qualquer medida e qualquer providência.

As mudanças das pessoas nas comissões, Deputado Chico Leite, têm dificultado um pouquinho, mas eu acho que a CCJ, de agora em diante, não será mais motivo de mudanças. O Deputado Geraldo Naves saiu, e vem para ficar o Deputado Paulo Roriz, titular do seu mandato, titular da sua cadeira. Então, acho que a CCJ não... Em relação às outras comissões, à CPI, eu estou pedindo ao Deputado Cristiano Araújo, ao Deputado Bispo Renato, para nós termos uma conversa junto com a Mesa Diretora.

(Intervenção fora do microfone.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2010	15h40min	4ª Sessão Ordinária	15

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Calma. Nós temos que respeitar também a proporcionalidade da Casa. Não nos furtaremos a isso. Eu preciso do entendimento. Não quero que nenhum companheiro seja... Não quero colocar aqui alguém, de ofício, sem conversar com o companheiro. Eu não posso expor o companheiro. De qualquer forma, todos os Parlamentares têm direito de opinar aqui. Eu quero conversar com todos eles: Deputada Eliana Pedrosa, Deputado Cristiano Araújo, Deputado Bispo Renato e Deputado Paulo Roriz. Eu quero uma conversa com os quatro Deputados. A Mesa Diretora conversará com os quatro. Se assim não acertarmos, nós, aí sim... Porque são os quatro que restam para ingressar na CPI. Mas a CPI – V.Exa. deu testemunho disso, Deputado Paulo Tadeu – já avançou hoje, já aprovou o requerimento, o cronograma, ou seja, o Regimento da própria CPI, e isso é importante. Ela está avançando. No entanto, é preciso dar celeridade, sim, não só à CPI, como à CCJ.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ultimamente tem sido o prato do dia a questão do grampo nesta Casa, uma coisa que me surpreendeu bastante, e nos causou também algum aborrecimento por causa das declarações feitas na mídia.

Nós fizemos a indicação do Sr. Francisco do Nascimento para o cargo de segurança. Ele, como bacharel em Direito, daria um suporte também na parte de elaboração de projetos, pareceres etc. Nós temos um conhecimento deste cidadão não muito próximo, mas já de algum tempo, pelas nossas comunidades. Ele também representa uma comunidade, e inclusive mantém uma creche lá em Valparaíso e outra lá em São Sebastião. Ele trabalhou nesta Casa, acho que por cerca de seis meses, no gabinete de outros Parlamentares. Foi exonerado a pedido no dia 22 de janeiro deste ano. Depois veio, queria continuar trabalhando aqui na Casa, e nós então o indicamos. Isso no dia 2 ou 3 deste mês, e ele tomou posse no dia 4. Os fatos narrados foram anteriores ao dia da sua própria posse. Mas, na verdade, ele não chegou a trabalhar nem meio dia lá no meu gabinete, porque os fatos aconteceram, os boatos surgiram...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Não, eu acredito que... parece que ele chegou a ser indicado, mas nem tomou posse também em nenhum cargo. Ele era um funcionário comissionado aqui da Casa. Ocorre o seguinte: ninguém fez isso com a intenção... Nem quero jogar pedra na pessoa até que haja uma prova concreta dos fatos. A versão dele para mim foi que ele contratou uma empresa que mexe com instalação de câmaras, essas coisas de segurança, para fazer isso na creche lá de São Sebastião e outras que já foram roubadas algumas vezes. Ele contratou por R\$



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2010	15h40min	4ª Sessão Ordinária	16

40.000,00 (quarenta mil reais) parceladamente e deu um cheque. Esse cheque foi colocado antes do prazo determinado, e ele o sustou. Segundo a versão dele, esses dois policiais, que seriam responsáveis por essa empresa, procuraram-no aqui para receber o dinheiro do cheque devolvido. É a versão dele. Não entraram no prédio desta Casa, nem sequer passaram pelos portões da Câmara; ficaram na barraca aqui fora, onde conversaram. Depois eles saíram e foram detidos e levados à Polícia Civil já na saída de Goiânia, lá no Núcleo Bandeirante, numa lanchonete, onde estavam lanchando. Eu não sei. Eu não tenho conhecimento. Eu estou dizendo isso porque, a partir dessa data, a pedido, nós o afastamos da função. Ou seja, foi o que não foi. Foi o nomeado que não chegou a exercer nenhuma atividade em nosso gabinete.

Eu acho que os fatos têm de ser apurados. Eu comungo perfeitamente com as declarações feitas aqui. Deputado Paulo Tadeu, eu acompanhei pela imprensa a preocupação de V.Exa. Acho que tem de ser apurado, que a Polícia Civil tem de investigar a fundo.

Eu vou dizer uma coisa: se tivesse a vocação de araponga, eu não colocaria um funcionário do meu gabinete para fazê-lo. É evidente que ninguém faria isso. Há outros meios para fazê-lo, pois quem faz isso deve saber fazer. Graças a Deus, nunca precisei e jamais quero precisar desses expedientes escusos.

Hoje, como disse o Deputado Chico Leite, nós vivemos uma república onde nossa liberdade individual praticamente desapareceu. Hoje o que ouvimos falar é: "Cuidado, seu telefone está grampeado. Cuidado, isso está grampeado". Isso ninguém faz. Nossos direitos constitucionais não existem mais, Deputado Reguffe. Nós não temos mais essa liberdade. Hoje não podemos... Temos que estar naquela situação... uma pessoa, uma coisa ou outra... Este País tem de ser passado a limpo. Isso não pode continuar desse jeito. Eu acho que os nossos direitos individuais têm de ser preservados. Agora, os culpados têm de ser punidos. Eu acho que, até prova em contrário, não posso acusá-lo e jamais acreditei que ele iria fazer isso, porque não tive oportunidade nem tempo sequer de dizer uma palavra, ter uma conversa com ele depois que tomou posse, devido aos nossos afazeres aqui.

Estranhamos que a mídia hoje conduza o processo. Ela conduz, condena, faz tudo sem prova material que possa incriminar quem quer que seja. O Deputado Rogério Ulysses disse aqui: "Eu tenho pressa em que se apure inclusive aquele inquérito 650".

Hoje, nós Parlamentares estamos sofrendo uma sanção moral muito grande por gravações feitas clandestinamente. Não foram gravações oficiais determinadas pela Justiça. Mas estão servindo de provas. Então, este País tem de olhar a situação que estamos vivendo.

Então, nesse caso, estou disposto a assinar, Sr. Presidente, o requerimento para que o Diretor da Polícia Civil encaminhe todo o material, todas as informações que a polícia colheu sobre esse episódio. Que se ouçam os policiais de Goiás, que se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2010	15h40min	4ª Sessão Ordinária	17

ouçam todos e que se coloque tudo em pratos limpos, pois não queremos ter aqui pecha de arapongas. Jamais, jamais!

Nós temos uma nova Casa, que deverá ser ocupada ainda neste ano. Que V.Exa. tenha o cuidado de fazer... porque hoje vivemos assim: conversando dentro dos banheiros, conversando dentro não sei de onde. É preciso acabar com isso. Temos de ter a liberdade de trocar as nossas ideias. Que aquele que cometeu um crime responda pelo crime cometido.

Então, a situação é essa. Ele já solicitou também e disse: "Não quero causar nenhum constrangimento ao nosso Deputado. Então, peço o meu afastamento". Nós já tomamos as devidas providências e fizemos o encaminhamento para que ele seja exonerado. Quer dizer, ele foi sem ter sido, tomou posse sem trabalhar e já saiu. Os fatos narrados, que vêm acontecendo desde janeiro, não ocorreram nesse período em que ele foi designado para o meu gabinete. Não havendo nenhuma prova contrária, algo que possa condená-lo, uma prova material que possa incriminá-lo, não vejo nada demais em, posteriormente, rever uma nova situação.

Então, quero dizer isso aqui e coloco-me nessa situação. Quero todos os esclarecimentos e assino qualquer requerimento da Casa que depender de minha assinatura, seja para o Ministério Público, seja para Polícia Civil, seja para a Polícia Federal, para onde a Casa quiser mandar. Quero, faço força e peço que nós sejamos bem rápidos, como disse o Deputado Reguffe, para apurar a verdade, porque isso traz um peso para nós e é desagradável.

Uma das coisas que mais me chocaram e me deixaram, praticamente, em frangalhos foi quando surgiram aquelas primeiras notícias em que meu nome foi falado. Até hoje eu não sei, porque não tive acesso a nada. Foi quando cheguei ao meu quarto e vi minha esposa, com seus mais de 70 anos de idade, com o rosto banhado em lágrimas, chorando. Ela me disse: "Meu velho, eu conheço a nossa vida. O que é isso de, já no fim de nossa vida, você ser tachado de ladrão e de outras coisas que estão sendo ditas?" Isso machuca muito. Eu construí uma vida muito difícil, mas com muito caráter e honestidade. Quero descer ao túmulo sem levar pecha de corrupto, nem de araponga, nem de ladrão, mas de um cidadão que trabalhou corretamente e criou sua família. Hoje, tenho meus netos e meus bisnetos e quero deixar o legado de um nome honrado. Por isso, tenho trabalhado e quero continuar trabalhando honestamente.

Vamos apurar tudo e colocar tudo em pratos limpos, porque é o meu desejo e é o que desejo a todos nós.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Benedito Domingos, V.Exa. prestou um esclarecimento aqui do microfone sobre o afastamento do funcionário. Foi isso que eu ouvi. Não tenho conhecimento desse ato de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2010	15h40min	4ª Sessão Ordinária	18

(Pausa.) Ah, o Deputado Benedito Domingos já encaminhou o pedido de afastamento do servidor.

Eu, o Deputado Milton Barbosa, o Deputado Cabo Patrício, Vice-Presidente desta Casa, e o Deputado Raimundo Ribeiro nos reuniremos logo após a sessão e chamaremos o nosso coordenador de segurança. Já mandei providenciar aqui e vou entregar a cópia do requerimento que estamos enviando à Polícia Civil do Distrito Federal solicitando que seja feita a varredura o mais rápido possível, já de posse dos requerimentos de V.Exas., encaminhados aqui. Se necessário for, o que a polícia não tiver apurado, abriremos um processo administrativo para poder, a partir do que já tiver sido apurado pela Polícia Civil do Distrito Federal, encaminhar aqui.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou aproveitar essa oportunidade de ter ouvido a todos. Todos falaram muito bem, com muita propriedade. Eu só queria assegurar e dizer àqueles que exigiram seriedade nas apurações da Polícia Civil que não tenho nenhuma dúvida de que a seriedade já é a própria investigação. A instituição que eu conheço e que tive a honra de dirigir — Deus me concedeu a honra — pauta-se por isso. Houve um erro inicial — e aí eu digo que também estranhei — de não assumir o evento, a detenção, a prisão ou a condução, seja o que for, das pessoas que aqui estavam com o suposto propósito de fazer escuta.

Conversando, no sábado, com o Diretor-Geral que assumiu ontem, eu disse a ele — e ele já tinha esse propósito — que a Polícia Civil não poderia ser arrastada para esse fato. Se houvesse ocorrido — e eu disse a ele que eu sabia que tinha havido a condução; não adiantava negar, eu sabia —, que a Polícia Civil assumisse e apurasse, como ela vai fazer com toda certeza.

O segundo ponto da conversa dos companheiros que eu anotei é que nós estamos precisando realmente colocar a Casa no seu caminho, no caminho da normalidade, fazer o dever de casa, fazer o que tem de se fazer: uma agenda de trabalho. Eu vejo aqui a Ordem do Dia, feita com muito esforço, que possui três itens, três vetos. Se fosse eu o proponente dessa pauta, eu não a teria feito, porque são três vetos a projetos de Deputados. Esta Casa está precisando de uma agenda, está precisando retomar o seu trabalho. Há “n” projetos para serem votados. Precisamos retomar isso. A Casa não precisa ficar no estado de letargia em que está.

Faço um apelo ao Deputado Wilson Lima, nosso novo Presidente, para que, não havendo indicação, por quem de direito, dos membros para integrar as comissões, que S.Exa. o faça. Eu tenho a certeza de que V.Exa. irá fazê-lo, Deputado Wilson Lima, e não pode haver demora. Se a Câmara estava sangrando, não há mais



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2010	15h40min	4ª Sessão Ordinária	19

sangue para sangrar, não. Designe os membros das comissões. Todo o tempo já foi esgotado, para que retomássemos a normalidade da Casa.

É esse o meu sentimento.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero, aproveitando essa parte final da intervenção do Deputado Milton Barbosa, dizer a V.Exa. e aos membros da Mesa que episódio semelhante ocorreu no Congresso Nacional, mais precisamente no Senado, quando os líderes governistas não indicaram os membros para uma determinada CPI. A minoria recorreu ao Supremo Tribunal Federal e este estabeleceu de maneira muito clara que o Presidente do Poder Legislativo tem a obrigação de fazer a indicação dos membros das comissões, aqui especificamente da CPI.

Sr. Presidente, eu quero dizer que tenho certeza absoluta de que V.Exa. fará essa indicação, até para evitar qualquer tipo de recurso por parte da minoria ao Poder Judiciário. E é muito importante dizer que não vale a pena indicar quem não quer participar, pois este indicado irá com a maior má vontade para uma comissão da importância que é essa CPI, assinada por praticamente todos os Parlamentares. Então, vejam só: se o Deputado "a", "b" ou "c" não quiser participar, até porque já está respeitada a proporcionalidade, quando se publicou, quando se pediu a indicação, que V.Exa. indique quem queira participar da CPI. Peço a V.Exa. que não obrigue Parlamentar a participar de uma comissão de que ele não queira participar, pois ele também tem o direito de não querer participar. Mas há outros Parlamentares que querem. Então, solicito a V.Exa. que faça a indicação, tentando convencer aqueles Parlamentares que porventura estejam dentro da proporcionalidade, mas, em não havendo concordância, que V.Exa. o faça, conforme já estabeleceu o próprio Supremo Tribunal Federal.

Para terminar, Sr. Presidente, quero aqui dizer que o Sr. Francisco, que acabou de ser exonerado do gabinete, segundo a informação dada aqui pelo Deputado Benedito Domingos, hoje realmente é um dos principais personagens desta possível arapongagem. Ele passou por outros gabinetes aqui da Câmara Legislativa, como o gabinete da Deputada Eliana Pedrosa – o Deputado Raad Massouh era suplente e a Deputada Eliana Pedrosa o exonerou, inclusive, à época.

Eu quero dizer que, primeiro, não dá para acusar qualquer Parlamentar por uma ação de assessor, por mais que tenhamos responsabilidade sobre essa assessoria que contratamos, que colocamos nos gabinetes. Não dá para fazer qualquer julgamento e dizer que o Sr. Francisco agiu a mando de um ou de outro Parlamentar, até porque, Deputado Benedito Domingos, a principal suspeita hoje não recai sobre V.Exa., nem sobre os demais Parlamentares, recai sobre membros do Governo muito próximos ao Governador Arruda. Essa é a principal suspeita. Não quer



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2010	15h40min	4ª Sessão Ordinária	20

dizer que essa suspeita venha a se confirmar, até porque nós sabemos da dificuldade que um Parlamentar para cumprir um mandato que ele tem de exercer e, ainda, ter de ficar cuidando de *performance* ou de postura de assessores.

Então, quero aqui dizer, Deputado Benedito Domingos, Deputada Eliana Pedrosa, Deputado Raad Massouh, que não vamos fazer nenhum pré-julgamento com relação à ação do assessor. Como eu disse, todas as informações que chegaram a nós até o momento dão conta de que o principal suspeito da contratação dos serviços de arapongagem não está aqui na Câmara, está lá no Palácio do Buriti. Por isso é importante a investigação por parte da Polícia Civil, até para que a verdade apareça e para que os inocentes não sejam culpados de maneira leviana. Então, acho que é importante essa questão.

Eu quero, Sr. Presidente, para concluir mesmo, dizer que acho que é muito importante estabelecermos a normalidade da Casa. Na semana passada, nós tivemos dificuldades para terminarmos a votação da Comissão de Segurança e da Comissão de Assuntos Fundiários, além da eleição do Corregedor e do Ouvidor da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Eu entendo que não há nenhum prejuízo em começarmos a apreciar vetos e projetos, como bem disse o Deputado Milton Barbosa, para começarmos a voltar para a normalidade. Paralelamente, a CPI continuaria investigando com a devida responsabilidade todo esse escândalo e o Governador Arruda responderia ao processo por crime de responsabilidade na Comissão Especial. Os Parlamentares da Casa já estão, inclusive, respondendo ao Corregedor as indagações que lhes foram feitas. A normalidade faz parte desse todo. Então, é fundamental que uma parte do trabalho não inviabilize a outra. Quero, portanto, somar-me ao Deputado Milton Barbosa nessa questão, porque entendi que é isso que nós precisamos fazer.

Daqui a pouco, estaremos nos dirigindo ao Ministério Público do Distrito Federal, e já fiz o convite a vários Parlamentares. Eu quero saber de V.Exa. se nós vamos fazer a eleição do Corregedor e do Ouvidor, do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão de Segurança e da Comissão de Assuntos Fundiários hoje ou faremos essas eleições em outro dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Havendo *quorum*, faremos hoje.

DEPUTADO PAULO TADEU – Está bem. É importante sabermos para podermos organizar a presença dos titulares dessas comissões. Mas terei dificuldade em ficar para a votação do Corregedor e do Ouvidor, até porque não sei quem são os candidatos, não sei como está essa situação, então...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Pelo menos, vamos ver se conseguimos fazer as eleições das comissões temáticas.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2010	15h40min	4ª Sessão Ordinária	21

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Sras. Deputados, se nós não queremos culpar os inocentes, muito menos queremos inocentar os culpados.

Todas as dúvidas sobre esse processo serão dirimidas a partir do momento em que esta Casa cumprir a sua função precípua de investigar; e ela não está cumprindo essa função. Já estamos há quase três meses do início das denúncias sobre o escândalo conhecido como “caixa de pandora” e até o momento esta Casa não conseguiu caminhar na perspectiva de estabelecer a ação de crime de responsabilidade contra o Governador.

Sr. Presidente, já houve fatos nesta cidade que indicam nitidamente que o Governador do Distrito Federal está transformando esta cidade em uma terra sem lei. Houve carros de estudantes sabotados, e inclusive os freios do carro de um estudante foram cortados. Houve comissionados à porta da Câmara Legislativa quando deveriam estar trabalhando. Houve tentativas de suborno ou suspeitas de suborno. O Deputado Geraldo Naves, que ferozmente e, às vezes, irracionalmente tanto defendeu o Governador Arruda nesta Casa como um cão de guarda fiel, está sendo acusado pelo Governador, neste momento, de roubar bilhete. É disso que S.Exa. esta sendo acusado. Os advogados falam, com procuração do Governador, que o Deputado Geraldo Naves surrupiou um bilhete, é ladrão de bilhete.

Nós temos versões do Governador que agridem a inteligência do povo de Brasília, são eivadas de sinismo. Diz-se que o Sr. Antônio Bento, que eu sequer conheço, é aposentado da CEB, armou todo o esquema de filmagens. Talvez ele origine o filme intitulado “O camicase do cerrado” porque armou contra ele mesmo. É o único que está preso e com o nome questionado tanto no aspecto profissional quanto no pessoal. Eu me pergunto: “Como é que alguém arma contra si mesmo? Ele foi o maior prejudicado.

Então, vamos mostrar que o rei está nu. Não vamos supor que ele está vestido com vestes absolutamente elaboradas. O rei está nu, como diz o conto infantil. O Governador, ao tentar dar versões sobre tentativas de suborno, ao tentar caracterizar o Deputado Geraldo Naves como ladrão de bilhete – foi isso que foi dito –, atenta contra a nossa inteligência.

Sr. Presidente, parece-me que esta Casa até agora só encaminha processos contra os Deputados, porque eles têm normas, prazos estabelecidos e praticamente acontecem automaticamente. Os processos contra os Deputados estão caminhando, mas contra o Governador não! Nem mesmo uma mera CPI, que muitos queriam transformar em cortina de fumaça para não chegar ao Governador, consegue caminhar nesta Casa. Ou V.Exa. e o conjunto dos Parlamentares se apossam da nossa função e investigam, ou não vamos dizer que não podemos pressupor culpas. Para não se pressupor injustamente culpas, é preciso investigar, senão nunca saberemos se estamos culpando inocentes ou inocentando culpados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2010	15h40min	4ª Sessão Ordinária	22

Deputado Benedito Domingos, esse servidor, à época do crime, pelo menos na detenção negada em primeiro momento pela Polícia Civil, negada, que também está sendo investigado pela Polícia Civil de Goiás, que abriu uma sindicância e já ouviu os policiais na Corregedoria da Polícia Civil de Goiás – parece-me que no dia de hoje –, no dia da detenção era servidor da Casa. Eu gostaria, Sr. Presidente, que ele fosse escutado por uma comissão de Parlamentares, pela CPI talvez, para sabermos se há algum nexos com o Inquérito nº 650. Por 40 mil reais se compra um serviço para proteger uma creche em São Sebastião. Parece-me que foi esta a versão do ex-funcionário. É preciso que tenhamos mais detalhes, Sr. Presidente. Posso até estar sendo absolutamente dura, mas, para mim, é muito difícil acreditar em versões emanadas do Palácio do Buriti. Inclusive, Deputado Milton Barbosa, por que esses rapazes foram presos em uma lanchonete? Pelo que me consta, o Código Penal deste país não estabelece que estar em lanchonete é crime. Foram presos em uma lanchonete por quê? Quem denunciou? Por que foram detidos? Por que, em seguida, foram liberados?

Sr. Presidente, lembro V.Exa. de que nos cabe eleger a Comissão Especial, como estava determinado desde o início, indicar os membros faltantes da CPI caso os partidos não os substituam — parece-me que ainda há prazo de substituição do Deputado Geraldo Naves — e escutar esse ex-servidor para que possamos ter elementos mais concretos. São as nossas vidas que estavam sendo vasculhadas. É o exercício do nosso mandato parlamentar, que tem imunidade de opinião e voto, que estava sendo vasculhado, escutado ilegalmente, sabe-se lá com que finalidade. Parece-me que a Presidente da Ordem dos Advogados está sendo ameaçada.

Não podemos ver Brasília mergulhar em uma terra sem lei, com toda a sorte de ameaças, de escutas clandestinas e tudo mais, com supostas tentativas de suborno, e simplesmente acharmos que isso faz parte de uma paisagem, porque não faz.

Encerro dizendo que o rei, talvez não tenha percebido ainda, está nu.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a propósito desse assunto, eu também gostaria de fazer algumas colocações.

A indicação do Sr. Francisco ao meu gabinete, inclusive à época do Deputado Raad Massouh, foi minha, a partir de uma indicação de um militar do Governo chamado Major Ninô, que disse que essa pessoa se qualificava bem como segurança da Câmara Legislativa. Ao longo de sua passagem no meu gabinete, culminando com sua saída, houve uma percepção geral, não só minha, mas de vários outros assessores, de que se buscava saber todos os meus passos e os passos dos meus assessores, inclusive na madrugada. Quando fiz uma abordagem nesse sentido, em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2010	15h40min	4ª Sessão Ordinária	23

uma conversa, para entender o que estava acontecendo, ele falou que não precisava mais, pois estava apresentando uma carta de exoneração e já havia conseguido um emprego melhor. Nesse interstício – a saída dele do meu gabinete e esse evento –, o Sr. Francisco fez chegar a esta Casa, por meio de vários Deputados, a informação de que eu estava em reuniões pela madrugada com o Partido dos Trabalhadores. Eu mostrei a minha indignação com relação a isso. Fui abordada por alguns Parlamentares daqui, inclusive pelo Deputado Geraldo Naves, que era o Líder do Democratas nesta Casa. Eu neguei essas reuniões e falei que, se tivesse participado delas, não teria nada a esconder porque é um direito legítimo meu reunir-me e conversar com colegas, seja de que coloração partidária eles forem.

Há mais do que isso. Estou vindo da delegacia, aonde fui dar meu depoimento acerca daquelas ocorrências em minha casa do dia 24 de janeiro, e levei mais algumas informações. Minha casa está sendo monitorada por um carro que a polícia diz que não tem placa registrada, um Fiat azul, placa JKQ 4321, e por uma moto também. Essas pessoas me seguem, monitoram a minha casa durante o dia, durante a noite e durante a madrugada. Precisamos saber o que é isso. Se for arapongagem, eu ainda ficarei mais tranquila. Prefiro isso a pensar que poderia ser outra coisa. Tenho preocupação, porque moro com a minha mãe, com a minha filha e com a minha neta. Preocupo-me muito com relação a isso. Então, estou vindo da polícia. Deixei registrado lá. O delegado falou que essa placa não está registrada, não se sabe quem é o dono desse carro. Mas foi uma placa muito bem anotada, porque não foi um dia, dois dias nem três dias.

Sr. Presidente, acredito na nossa Polícia Civil. Se ela não agisse, esses indivíduos não teriam sido abordados como foram. Como disse a Deputada, era uma lanchonete, mas algum motivo houve. Então, até para que possamos estar mais tranquilos com relação à nossa segurança pessoal e à segurança da nossa família, penso que temos de esclarecer isso tudo. Os fatos deixam todos estarecidos, seja pela insegurança, seja pela invasão de privacidade. Não sei aonde se quer chegar nem quem está por trás disso tudo. Agora, temos de tomar uma posição. E tenho certeza de que a polícia, com esses depoimentos, tem condição de apurar o mais rápido possível o que está acontecendo. Penso que isso é possível e que devemos acompanhar e saber o que está acontecendo, até para que tomemos as precauções devidas com relação às nossas vidas.

Muito obrigada.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Eliana Pedrosa, quero aproveitar para dizer que eu já estava suspeitando de que os Parlamentares desta Casa estavam sendo vítimas de uma ação que vem lá de dentro do Governo do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2010	15h40min	4ª Sessão Ordinária	24

Estou de posse do Diário Oficial de ontem, página 12, segunda-feira, 8 de fevereiro, Sr. Presidente. Sabe qual foi o melhor cargo que o Sr. Francisco arrumou, Deputada Eliana Pedrosa? Foi um Cargo de Natureza Especial – CNE-07 – na Assessoria Especial da Secretaria de Estado Extraordinária de Relações Institucionais do Distrito Federal.

Portanto, primeiramente, ele foi para o seu gabinete indicado por esse policial militar, se não me engano, Major Ninô. Saiu do seu gabinete e foi trabalhar na Secretaria...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Qual o dia da nomeação dele, Deputado Paulo Tadeu?

DEPUTADO PAULO TADEU – Foi no decreto de 21 de janeiro de 2010, Sr. Presidente, no Diário Oficial nº 15, de 22 de janeiro de 2010.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Tenho a informação de que ele não tomou posse.

DEPUTADO PAULO TADEU – Parece que essa é a tática dele. Ele é nomeado e não toma posse. Não tomou posse aqui também. De qualquer maneira, ele veio para cá, como bem disse a Deputada Eliana Pedrosa, no seu relato verdadeiro, indicado por um major. Acho até que ele deve ser convocado aqui para sabermos qual a relação dele com esse senhor. Depois, ele sai do gabinete e é nomeado, no Diário Oficial, para trabalhar nessa Secretaria. O Governador, já sabendo do escândalo, se antecipa ou procura se antecipar e publica no Diário Oficial de ontem, a transformação do ato de nomeação dele em ato sem efeito. Quer dizer que já sabiam que esse senhor, que havia sido nomeado para o gabinete do Deputado Benedito Domingos, que – acredito – foi outra vítima da história... e aí sai de lá e vem para o Deputado Benedito Domingos, mas estava lá ainda. E é interessante, porque ele foi nomeado em duas instâncias: ele estava nomeado lá no GDF e estava nomeado aqui na Câmara Legislativa. Não é qualquer pessoa que tem essa condição política de ser nomeada em duas instâncias diferentes.

Então, quero crer que essa versão que ele passou para o Deputado Benedito Domingos é uma versão fantasiosa, mentirosa. Esse senhor estava realmente fazendo arapongagem nesta Casa. Ele tem que ser convocado pela CPI, tem que ser convocado por esta Casa. A Polícia Civil tem que descobrir a serviço de quem ele estava nesse momento. Há várias versões. Não quero aqui insinuar nomes até para não ser leviano, mas espero que a verdade surja rapidamente, porque esse senhor, Francisco do Nascimento Monteiro, não é qualquer coisa. Não é um simples servidor, dono de creche e tal.

Quero, Sr. Presidente, chamar a atenção da Deputada Eliana Pedrosa para o Diário Oficial de ontem; chamar a atenção de V.Exa. e da imprensa presente para o fato de que o Sr. Francisco, que fazia arapongagem aqui, estava lotado no Gabinete do Governador, portanto, em uma das secretarias do Governo do Distrito Federal.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2010	15h40min	4ª Sessão Ordinária	25

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Paulo Tadeu, na vontade de tomar as providências, tivemos a informação do Governo de que ele não tomou posse. Não estou aqui defendendo nem a nem b. Estou falando a respeito dessa pessoa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, vou apenas dizer que ele foi nomeado no dia 21, se não me engano, e que a sua nomeação foi tornada sem efeito ontem. Ontem foi tornada sem efeito a sua nomeação. Eu só queria que V.Exa. atentasse para o fato de que só ontem, quando se elaborou, inclusive, a versão de que ele havia contratado, por R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), os policiais de Goiás para vigiar uma creche – foi dito aqui -, é que teria sido tornada sem efeito a nomeação, na mesma Secretaria do Sr. Durval Barbosa, ocupada anteriormente pelo Sr. Durval Barbosa.

Mas eu me inscrevo, Sr. Presidente, para dizer à Deputada Eliana Pedrosa que também tive acesso a um relatório – parece-me –, de um órgão de inteligência da Polícia Civil, que descreve a minha participação em uma atividade na Estrutural e que, inclusive, faz insinuações ao Deputado Cabo Patrício absolutamente mentirosas. Ali diz que havia, na atividade, um chefe de gabinete do Deputado Cabo Patrício; que a ONG em questão era financiada pela ONG Saber, do irmão do Deputado Cabo Patrício; enfim, informações absolutamente mentirosas. Diz que cumprimentei pessoas que não cumprimentei, que não vi. Então, na mesma linha, nós estávamos sendo monitorados em uma atividade pública que produziu um relatório cheio de inverdades.

Faço questão, Sr. Presidente, de encaminhar à Mesa Diretora este relatório, e que esta Casa possa, enfim, trabalhar para preservar os mandatos parlamentares. E reitero a necessidade de ouvirmos o Sr. Francisco, porque foi nomeado... não foi nomeado... estava no gabinete... estava na prisão... contratou, por 40 mil reais, para proteger uma creche, dois policiais civis de Goiás... enfim, que não são da área de inteligência, segundo informações do Secretário de Segurança de Goiás, mas agentes da área de Combate ao Narcotráfico.

Portanto, Sr. Presidente, vou encaminhar este relatório, produzido pela polícia, por segmentos, setores – não me parece que tenha qualquer responsabilidade a chefia da Polícia Civil –, para que sejam feitos, formalmente, esclarecimentos, pela Mesa Diretora, sobre uma atividade pública monitorada, com relatório cheio de inverdades; inverdades que poderiam ensejar outros tipos de acusação, embora o relatório não acuse absolutamente nenhum de nós. Parece que o Deputado Milton Barbosa já o conhece. Vamos encaminhá-lo formalmente, para que a Mesa Diretora tome as providências e convide o Sr. Francisco para que nós possamos escutá-lo, com todo respeito à Polícia Civil e ao novo chefe, que trabalhou



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2010	15h40min	4ª Sessão Ordinária	26

muito tempo nesta Casa, e também ao Dr. Cléber Monteiro. Se não fosse a fala do Dr. Cléber, provavelmente eu não sei se estaríamos sabendo, hoje, que realmente aconteceu esta prisão, porque foi a partir das suas declarações, de que tinha ouvido falar e tal, que se chegou à conclusão e que a polícia teve esta segunda versão no dia de ontem.

Era isso, Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que peço licença para nos retirarmos para irmos ao Ministério Público.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Sr. Secretário que faça a leitura do ofício que estamos encaminhando à Polícia Civil.

Informo que o referido documento ainda está sem número.

É lido o seguinte ofício:

“Brasília, 9 de fevereiro de 2010.

Sr. Secretário,

Considerando as notícias de que, no último dia 3 de fevereiro, a Divisão Especial de Combate ao Crime Organizado (DECO), da Polícia Civil do Distrito Federal, efetuou a prisão de dois policiais do Estado de Goiás em frente à Câmara Legislativa do Distrito Federal, que pretendiam realizar escutas ambientais, interceptações telefônicas ilegais, tendo como alvo diversos gabinetes parlamentares, solicito a V.Exa. que adote as providências necessárias no sentido de realizar uma ampla varredura do sistema de telecomunicações instalado nesta Casa, seja qual for o mecanismo clandestino de escuta utilizado”.

Estão tomadas as providências... que todos os Deputados...

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, presidente duas vezes, da Câmara e da sessão, é elementar a investigação! Se alguém diz que subtraiu um veículo e o colocou em determinado local, para se saber se é verdade ou não, se ele está no local ou não, é só ir lá. Se essa creche tiver endereço, e se foi feito um serviço lá, é só ir lá e verificar; se não tiver serviço, cai naquela alegação de que ele não pagou o serviço e ele não foi feito. Mas, se foi feito, com certeza, está lá a instalação do que foi solicitado.

Muito obrigado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas para não dizer que não falei das flores, hoje estivemos também com o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2010	15h40min	4ª Sessão Ordinária	27

Ministro da Justiça, que se despede amanhã do cargo, Ministro Tarso Genro, e com as mães dos jovens desaparecidos de Luziânia. E hoje o Ministro – após essa visita, que foi agendada pelo Presidente Nacional da Ordem dos Advogados – anunciou para as mães que a Polícia Federal estará auxiliando nas investigações, formalmente, a partir de amanhã, o que era uma luta intensa dessas mães.

Então, hoje, nessa reunião com as mães e com o Presidente da Ordem, o Ministro Tarso Genro anunciou acordo com o Estado de Goiás de que a Polícia Federal entrará no caso.

Era o que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência comunica à assessoria dos Deputados desta Casa que, hoje, não foi possível fazer a eleição das duas comissões que ainda não têm Presidente e Vice-Presidente, mas que amanhã ela será feita.

Solicito aos assessores que avisem a todos os Deputados da Comissão de Assuntos Fundiários e da Comissão de Segurança, para que estejam presentes amanhã em plenário para realizarmos as eleições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h14min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 41-Suplemento, de 08/03/2010.